ISSN: 2358-8829

PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVAS NO PAIF: REFLEXÕES SOBRE DIREITOS DAS MULHERES E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Aglaíde de Magalhães da Silva [1]
Ellendhyene Lima de Oliveira [2]
Janaina Cícera Ferreira da Silva [3]
Luís Carlos dos Santos [4]

INTRODUÇÃO

A violência de gênero contra as mulheres constituiu-se historicamente como uma expressão das desigualdades sociais, econômicas e estruturais arraigadas na sociedade brasileira. Essa problemática complexa demanda intervenções estatais articuladas, contínuas e sistemáticas no âmbito da proteção social pública. Nesse cenário, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), executado prioritariamente no âmbito do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), atua de forma decisiva na prevenção de riscos sociais, no acolhimento de demandas territorializadas e na promoção sistemática de direitos humanos e sociais.

As práticas socioeducativas desenvolvidas no PAIF fundamentam-se no trabalho social planejado e continuado com famílias inseridas em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Tais ações visavam não apenas o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, mas também a constituição de espaços formativos politizados, voltados diretamente para a emancipação, a autonomia e o empoderamento das mulheres

[1] Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA-CE), Bacharel em Serviço Social pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e o Trabalho em Comunidade pela Faculdade Kurios, Esp. em Gestão em Recursos Humanos pela Faculdade Vale do Salgado (FVS), aglaidemagalhaes@gmail.com;
[2] Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Kurios (FAK), Especialista em Psicopedagogia pelo Centro Universitário INTA (UNINTA), Esp. em Letras e Literatura pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Discente do curso de Pós-graduando em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). ellendh11@hotmail.com;
[3] Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Latino-Americana de Educação (FLATED), Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Internacional do Delta, Esp. em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), janahistoria2020@gmail.com;
[4] Bacharel em Administração (ESTACIO FAL), Licenciatura em Educação Especial (Unifahe), Discente do curso de Serviço Social (UNIFATECIE), Esp. em Educação Profissional e Tecnológica (IFCE), Esp. em Gestão Pública e Gestão de Pessoas (FAVENI), Esp. Políticas Públicas e Socioeducação Universidade de Brasília (UnB), Me. em Economia Rural (UFC), karloskaka@gmail.com;

atendidas. Historicamente, as mulheres nos territórios vulneráveis enfrentam sobrecargas de trabalho produtivo e reprodutivo, sendo fundamental que o equipamento socioassistencial figure como um ambiente seguro de desnaturalização de opressões.

O presente trabalho teve como objetivo analisar de que modo as práticas socioeducativas desenvolvidas no âmbito do PAIF contribuíram para o fortalecimento dos direitos das mulheres e para o enfrentamento da violência de gênero em contextos de vulnerabilidade social. A relevância dessa reflexão decorreu do papel central que a política pública de assistência social assumiu na identificação precoce, na prevenção e no encaminhamento qualificado das violações de direitos de gênero no território de abrangência.

Partiu-se do pressuposto teórico e prático de que a ação proativa, preventiva e protetiva desenvolvida nos equipamentos da Proteção Social Básica constituiu um pilar indispensável para desnaturalizar práticas violentas cotidianas. As oficinas de trabalho social com famílias e as rodas de conversa serviram como catalisadores fundamentais para a construção da cidadania crítica e para a apropriação dos direitos fundamentais por parte das usuárias, rompendo com o isolamento social imposto pelas relações de dominação.

O estudo justificou-se acadêmica e profissionalmente pela necessidade de registrar, sistematizar e analisar intervenções profissionais desenvolvidas na Proteção Social Básica que aliassem a escuta qualificada aos fundamentos da educação social emancipatória. Em territórios caracterizados pela precariedade de recursos e pela ausência de mecanismos específicos e imediatos de combate à violência, o CRAS configurou-se como o principal e, muitas vezes, o único ponto de apoio institucional, orientação e acolhimento para as mulheres em sofrimento.

A reflexão aqui apresentada baseou-se na experiência profissional direta vivenciada no cotidiano de um CRAS, na qual foram articuladas estratégias metodológicas grupais voltadas para abordar temas transversais cruciais, tais como a igualdade de gênero, a autonomia financeira, a divisão sexual do trabalho e o reconhecimento da rede de proteção intersetorial.

O trabalho esteve estruturado em seções consecutivas que contemplaram a metodologia empregada à luz da pesquisa qualitativa e descritiva, o referencial teórico embasador ancorado nos clássicos e na legislação do SUAS, a análise detalhada e descritiva dos resultados observados nos encontros grupais, e por fim, as considerações

finais obtidas. Cada etapa do texto procurou evidenciar rigorosamente a articulação indissociável entre a teoria do trabalho social com famílias e a práxis cotidiana no equipamento socioassistencial.

A delimitação do estudo voltou-se para a participação ativa de 30 mulheres adultas, em sua maioria responsáveis familiares atendidas de forma regular pela rede socioassistencial local. Essa delimitação metodológica permitiu apreender com precisão as especificidades do público-alvo e a ressonância concreta das atividades socioeducativas em sua vida cotidiana e familiar.

Por fim, esperou-se que os achados deste relato de experiência pudessem subsidiar teórica e metodologicamente novas práticas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), reafirmando com vigor o potencial político das oficinas socioeducativas e das rodas de conversa como instrumentos legítimos de transformação social e de enfrentamento implacável às diversas formas de violência de gênero.

METODOLOGIA

A presente investigação caracterizou-se como um relato de experiência de abordagem qualitativa e caráter descritivo. Conforme pontua Minayo (2014), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares da realidade social, sendo o caminho metodológico mais adequado para aprofundar a compreensão de fenômenos complexos, vivências subjetivas e interações humanas em ambientes institucionais.

Adicionalmente, as pesquisas descritivas têm como objetivo primário a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis a partir de observação sistemática (Gil, 2017).

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, o trabalho enquadrou-se na dinâmica do relato de experiência fundamentado na observação participante e no acompanhamento de ações profissionais em ambiente institucional (Gil, 2017). A coleta das informações deu-se no ambiente natural do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), valorizando o contexto real dos sujeitos (Gil, 2017; Minayo, 2014).

A população do estudo foi composta por 30 mulheres adultas, majoritariamente responsáveis familiares e usuárias cadastradas na política pública de assistência social em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A seleção das participantes deu-se de forma

intencional e por adesão voluntária às atividades programadas no PAIF no equipamento socioassistencial.

As ações socioeducativas foram operacionalizadas por meio dos instrumentos metodológicos próprios do PAIF, contemplando acolhidas, oficinas com famílias, rodas de conversa, dinâmicas de interação grupal e escuta qualificada. Os dados foram registrados mediante observação sistemática das interações e anotações de campo das falas e manifestações espontâneas das participantes ao longo dos encontros (Gil, 2017).

Por se tratar de um relato de experiência derivado da prática profissional diária e sem a identificação nominal das usuárias, foram rigorosamente respeitados os princípios éticos da pesquisa com seres humanos, conforme preconizado por Gil (2017) quanto à preservação da dignidade, do sigilo e da autonomia dos sujeitos investigados.

REFERENCIAL TEÓRICO

O trabalho social com famílias inseridas na Proteção Social Básica assenta-se solidamente nas diretrizes normativas e operacionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) como sua principal e mais capilarizada oferta pública. Conforme ressalta Boschetti (2006), a assistência social, conquistada e consolidada como política de direito no arcabouço constitucional brasileiro, exige uma atuação profissional crítica que ultrapasse o viés meramente assistencialista, fragmentado ou benemerente, convertendo-se em um instrumento efetivo de materialização de seguranças sociais para a classe trabalhadora. De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o PAIF consiste especificamente em um:

> trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida (Brasil, 2009, p. 12).

A atuação cotidiana do PAIF fundamenta-se no respeito irrestrito à heterogeneidade dos arranjos familiares e no fortalecimento de uma cultura enraizada no diálogo democrático, atuando diretamente no combate a todas as formas de violência, preconceito, discriminação e estigmatização nas relações domésticas e sociais (Brasil, 2009). Contudo, para que esse trabalho alcance eficácia transformadora, requer uma

leitura crítica e dialética das dinâmicas internas familiares, superando visões idealizadas, harmoniosas ou acríticas da família e identificando com precisão as assimetrias de poder fundadas estruturalmente nas relações de gênero.

A violência de gênero contra as mulheres constitui uma manifestação social estrutural profundamente ancorada em padrões patriarcais, machistas e desiguais de poder. Como fundamenta classicamente Saffioti (2004), o patriarcado articula-se de maneira indissociável com as relações de classe e dominação racial, naturalizando a opressão e a exploração da mulher na sociedade capitalista. No mesmo sentido analítico, Felix (2022) destaca em seus estudos sobre o trabalho social no CRAS que a efetivação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres exige que os equipamentos socioassistenciais superem abordagens neutras, burocráticas ou despolitizadas, reconhecendo e enfrentando as especificidades das opressões de gênero no cotidiano das usuárias. Complementarmente, Bourdieu (2003) aponta que as normas de gênero operam de modo sutil por meio de um poder simbólico invisível que conta com a cumplicidade silenciosa de estruturas sociais consolidadas, perpetuando as assimetrias hierárquicas entre os sexos.

No contexto de vulnerabilidade socioeconômica acentuada, os impactos devastadores da violência de gênero são intensificados drasticamente pela falta de acesso a recursos materiais, à informação qualificada e às redes formais de apoio institucional. Políticas públicas sociais que concebem a família como eixo central e exclusivo de atendimento correm o risco permanente de recair em uma lógica de modernização conservadora caso não atentem para a sobrecarga física e mental imposta às mulheres, que continuam acumulando as jornadas exaustivas de trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo não remunerado no espaço estritamente privado (Bourdieu, 2003).

A Proteção Social Básica, operacionalizada capilarmente nos equipamentos do CRAS, atua justamente como a porta de entrada qualificada para romper com esse atendimento segmentado e descontextualizado, garantindo uma escuta profissional humanizada e articulada em rede intersetorial (Brasil, 2009). Conforme reforça Felix (2022), a articulação orgânica entre a assistência social e as diretrizes de proteção básica é vital para assegurar que o serviço atue de maneira preventiva, interceptando e interrompendo precocemente os ciclos de violência contra as mulheres nos territórios.

As práticas socioeducativas consubstanciam-se como estratégias intencionais, planejadas e coletivas de trabalho social grupal que visam desencadear processos

reflexivosprofundos. As rodas de conversa e a escuta qualificada configuram-se como ferramentas pedagógicas fundamentais para o processo emancipatório e de empoderamento feminino. Ao partilharem vivências semelhantes de sofrimento e superação, e amparadas pelas sólidas análises de Saffioti (2004) sobre a raiz social da violência, as usuárias percebem coletivamente que os problemas enfrentados no cotidiano não decorrem de fracassos individuais ou culpa pessoal, mas sim de condicionantes estruturais e culturais compartilhados socialmente.

O fortalecimento da autonomia feminina constitui, portanto, um objetivo transversal e inegociável das ações executadas no âmbito do PAIF (Brasil, 2009), compreendendo simultaneamente a dimensão econômica, acesso a trabalho, renda e segurança material, e a dimensão sociopolítica e decisória, referente à capacidade plena de autodeterminação sobre o próprio corpo, escolhas e projeto de vida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o desenvolvimento sistemático das ações socioeducativas no âmbito do CRAS, verificou-se uma adesão progressiva, crescente e um engajamento profundamente qualificado das 30 mulheres participantes ao longo dos encontros planejados. O ambiente institucional seguro, sigiloso e acolhedor proporcionado pelas oficinas socioeducativas favoreceu de modo exemplar a construção de vínculos afetivos sólidos e de relações de confiança interpessoal mútua entre a equipe técnica e as usuárias.

No início do ciclo de atividades, observou-se empiricamente uma postura predominantemente reservada, acuada e silenciosa por parte das usuárias. Contudo, mediante a aplicação planejada de dinâmicas interativas de integração grupal e o uso constante da escuta qualificada, houve uma ampliação significativa das manifestações espontâneas, facilitando o relato corajoso de fragmentos de suas histórias de vida.

As participantes trouxeram para o coletivo relatos densos e profundos acerca de suas vivências cotidianas marcadas pelas diferentes expressões da violência de gênero. A troca horizontal de experiências permitiu que situações de opressão, controle e sofrimento, até então silenciadas e naturalizadas no ambiente doméstico, fossem externalizadas e acolhidas sem julgamentos morais pelo restante do grupo.

Um dos principais e mais relevantes achados deste relato residiu na comprovada capacidade das oficinas socioeducativas em promover a identificação, o reconhecimento

e a nomeação precisam das diferentes formas de violência sofridas. Inicialmente, constatou-se que a absoluta maioria do grupo reduzia o conceito e a gravidade da violência estritamente às agressões físicas visíveis e de marcas corporais explícitas.

Ao longo do processo dialógico das discussões, apoiando-se teoreticamente nas reflexões sobre o poder simbólico de Bourdieu (2003), na matriz estrutural de dominação patriarcal esmiuçada por Saffioti (2004) e nas premissas fundamentais da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres abordadas por Felix (2022), as usuárias avançaram qualitativamente. Passaram a reconhecer manifestações cotidianas mais sutis, insidiosas e igualmente danosas, a saber: as violências psicológica, patrimonial, moral e verbal. Compreendeu-se criticamente que o controle abusivo exercido sobre o dinheiro e os rendimentos da família, bem como a vigilância persecutória e os xingamentos recorrentes, configuravam crimes e graves violações de direitos humanos.

O processo coletivo de desnaturalização de comportamentos abusivos foi amplamente debatido e aprofundado nas rodas de conversa. Diversas participantes relataram perceber, muitas vezes pela primeira vez em suas trajetórias vitais, que atitudes antes tidas como "zelo", tais como o ciúme excessivo, o cerceamento da circulação e a privação de liberdade pessoal cometidas por seus companheiros, não representavam afeto ou cuidado, mas sim mecanismos perversos de dominação enraizados na divisão sexual tradicional dos papéis sociais (Bourdieu, 2003; Saffioti, 2004; Felix, 2022).

No tocante à dimensão institucional, a apreensão de informações claras e precisas sobre a rede socioassistencial e os mecanismos públicos de garantia de direitos mostrou-se altamente satisfatória e transformadora. Constatou-se inicialmente que grande parte das usuárias desconhecia por completo o papel estratégico de equipamentos de referência especializada. Em consonância direta com as diretrizes normativas da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009) e com as orientações técnicas apontadas por Felix (2022) e Boschetti (2006) acerca da efetivação de direitos na seguridade social, as atividades possibilitaram o mapeamento conjunto dos recursos comunitários, assistenciais e de segurança pública disponíveis para a proteção de mulheres em situação de risco, assegurando na prática a articulação do PAIF com os demais serviços da rede intersetorial.

Verificou-se empiricamente que a apropriação consciente dos direitos refletiu-se de forma imediata em mudanças de postura e atitude de diversas participantes. O coletivo

das oficinas funcionou como uma sólida e potente rede de apoio mútuo, solidariedade e pertencimento, combatendo eficazmente o isolamento social severo gerado historicamente pela vulnerabilidade e pela violência doméstica.

As oficinas socioeducativas evidenciaram com clareza a alta eficiência e a centralidade do trabalho preventivo do PAIF, cumprindo com rigor a diretriz de desenvolver potencialidades e prevenir a ruptura drástica de vínculos familiares e comunitários, conforme preconizado por Brasil (2009).

O posicionamento político-profissional dos assistentes sociais e psicólogos revelou-se determinante na mediação qualificada dos debates e na facilitação da escuta atenta, superando a visão assistencialista tradicional e clientelista criticada por Boschetti (2006) e promovendo, por meio da práxis da educação social, o resgate efetivo da cidadania ativa e da autonomia emancipatória das mulheres atendidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu analisar com profundidade o impacto, a relevância e a eficácia das práticas socioeducativas desenvolvidas no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) para a promoção dos direitos das mulheres e o enfrentamento rigoroso da violência de gênero. A experiência prática desenvolvida no cotidiano do CRAS demonstrou de forma inequívoca que o trabalho social planejado, sistemático e continuado é uma exigência indispensável para intervir com qualidade nas complexas expressões da questão social presentes nos territórios de vulnerabilidade.

Constatou-se analiticamente que das oficinas grupais, das rodas de conversa temáticas e do exercício contínuo da escuta qualificada emergiram estratégias metodológicas altamente eficazes na construção de espaços seguros de confiança e sigilo. Tais espaços possibilitaram a ampliação do engajamento político das usuárias e a manifestação corajosa de vivências de opressão antes silenciadas, dialogando diretamente com os preceitos normativos do SUAS, com as reflexões teóricas sobre o cotidiano profissional nos CRAS, com a leitura crítica das desigualdades estruturais e com a necessidade premente de desconstrução das assimetrias de poder no espaço doméstico e social (Boschetti, 2006; Brasil, 2009; Saffioti, 2004; Felix, 2022; Bourdieu, 2003).

Ficou evidenciado de maneira categórica que a intervenção socioeducativa favoreceu a identificação e o discernimento das múltiplas faces da violência de gênero,

capacitando cognitivas e politicamente as participantes a reconhecerem abusos sutis que anteriormente eram naturalizados por construções culturais patriarcais. Observou-se também uma expressiva apropriação dos direitos sociais e a ampliação profunda do repertório informacional sobre os fluxos e equipamentos da rede pública de proteção.

Concluiu-se que o fortalecimento dos vínculos comunitários e da autonomia feminina operado pelo PAIF atuou diretamente na prevenção primária e secundária de agravos sociais, estimulando e motivando as usuárias a buscarem ajuda institucional qualificada e a romperem corajosamente com ciclos históricos de opressão, subordinação e isolamento doméstico.

Assim, reafirmou-se com ênfase a importância estratégica da continuidade, do financiamento e do aprimoramento técnico-político das práticas socioeducativas inseridas na Proteção Social Básica do SUAS. Consolidou-se, por conseguinte, o CRAS não como um mero balcão de distribuição de benefícios, mas como um equipamento público de fundamental importância para a efetivação da cidadania, o empoderamento emancipatório das mulheres e o combate intransigente à violência de gênero (Boschetti, 2006; Brasil, 2009; Felix, 2022).

Palavras-chave: Assistência social, Empoderamento feminino, Políticas públicas, Educação social, Fortalecimento de vínculos.

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho não seria possível sem o esforço coletivo, o apoio institucional e a partilha de saberes que permearam toda a vivência profissional no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Agradecemos, primeiramente, às 30 mulheres participantes deste relato de experiência. Pela coragem de partilhar suas histórias de vida, pela confiança depositada nos encontros grupais e pela garra demonstrada na busca diária por emancipação, autonomia e cidadania. Sem a participação ativa e o engajamento dessas mulheres, as reflexões aqui construídas não teriam materialidade nem sentido.

À equipe técnica do CRAS, assistentes sociais, psicólogos, pedagoga e demais profissionais, pelo compromisso ético-político com a defesa dos direitos humanos, pela escuta qualificada e pela parceria inestimável na condução cotidiana do Serviço de

Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), reafirmando o compromisso com a Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Aos autores, pesquisadores e teóricos que nos antecederam e cujas obras fundamentaram a densidade científica e conceitual deste estudo, permitindo articular a práxis profissional com o rigor acadêmico necessário para o enfrentamento das desigualdades estruturais e da violência de gênero.

Por fim, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização desta pesquisa, reafirmando a convicção de que a assistência social é um espaço legítimo de luta, resistência e transformação social.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação: Referências: Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. Brasília: Editora UnB, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A família como categoria realizada**. *In*: BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 149-155.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**: Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, DF: MDS, 2009.

FELIX, Karina. **Violência de gênero contra as mulheres: o trabalho social no CRAS na perspectiva da proteção social básica da Política de Assistência Social no município de São Paulo**. 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.